FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA-FCECON. PORTARIA Nº096/2019-FCECON.

Disciplina a prestação do serviço de voluntário prestados no âmbito da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas. Gerson Antônio dos Santos Mourão, Diretor Presidente da Fcecon, devidamente nomeado conforme ato público no Diário Oficial do Estado nº 33.917 em 09 de janeiro de 2019, no uso e exercício de suas atribuições, conferidas mediante Regimento Interno da Fcecon (art. 35, IV), com fundamento na Lei-Delegada nº 108 de 2007. Considerando a possibilidade de prestação de serviço em regime de voluntariado para entidades públicas, de acordo com Lei-Federal nº 9.608 de 1998, sem que tal relação represente aumento de custo de pessoal, uma vez que não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. Considerando que o serviço voluntariado provém da participação espontânea e tem como objetivo fomentar a solidariedade humana, a responsabilidade social, o civismo, a cooperação e a prática educativa; Considerando a importância de engajar a sociedade civil na realização de atividades de interesse público, contribuindo para o desenvolvimento da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas. Resolve: Art. 1º O serviço voluntário, no âmbito da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas, tem como objetivo estimular e fomentar ações de exercício de cidadania, solidariedade com o próximo e envolvimento comunitário, de forma livre e organizada, ficando sua prestação disciplinada pelas regras constantes deste decreto. Art. 2º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta resolução, a atividade não remunerada, eventual, destituída de subordinação, prestada por pessoa física a Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas, que tenham objetivos cívicos, educacionais, científicos, técnicos, consultivos, recreativos ou de assistência à pessoa. Art. 3º O serviço voluntário prestado a FCECON não gera vínculo funcional ou empregatício, tampouco qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, com a Administração Pública Direta ou Indireta do Estado do Amazonas, especialmente com a própria entidade fundacional. Art. 4º Os trabalhadores voluntários atuarão em regime de cooperação, auxiliando os servidores públicos titulares de cargos, empregos ou funções públicas no âmbito da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas. Art. 5º A prestação de serviço voluntário será precedida da celebração de termo de adesão entre a FCECON e o prestador do serviço voluntário interessado. § 1º O termo de adesão será formalizado após verificada a capacidade do interessado em prestar serviço voluntário e a apresentação de documento de identificação oficial de validade nacional. § 2º Do termo de adesão a que se refere o "caput" deste artigo deverão constar, no mínimo: I – o nome e a qualificação do prestador de serviço voluntário; II – o local, o prazo, a periodicidade e a duração da prestação do serviço; III – a definição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas; IV – o atendimento do disposto nos artigos. 8º e 9º do presente decreto; V - a ressalva de que o prestador de serviços voluntários é responsável pela atividade que se comprometeu a realizar, bem como por eventuais prejuízos que venha a causar à Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas e a terceiros. § 3º A periodicidade e os horários da prestação do serviço voluntário poderão ser livremente ajustadas entre a FCECON e o voluntário, de acordo com as conveniências de ambas as partes. Art. 6º A prestação de serviços voluntários terá o prazo de duração de até 1 (um) ano, prorrogável por até 1 ano mais, a critério dos interessados, mediante termo aditivo específico para cada prorrogação. § 1º A prestação de serviço voluntário não poderá ser superior a carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Parágrafo único. Fica facultado aos órgãos e entidades municipais firmar novos termos de adesão com o mesmo trabalhador voluntário. Art. 7º Fica vedado o repasse ou concessão de quaisquer valores ou benefícios aos prestadores de serviço voluntário, ainda que a título de ressarcimento de eventuais despesas. Art. 8º Cabe ao prestador de serviço voluntário: I – desenvolver os serviços que estejam de acordo com seus conhecimentos, experiências e motivações e com os quais tenha afinidade; II – ter acesso a programas de capacitação e/ou aperfeiçoamento inicial e/ou contínuo, bem como a orientações adequadas, para a boa prestação de serviços; III – participar das análises e estudos que disserem respeito à prestação dos seus serviços, visando sempre seu aperfeiçoamento; IV - encaminhar sugestões e/ou reclamações ao responsável, com objetivo de melhorar os serviços prestados; V – ser reconhecido pelos serviços prestados, inclusive com emissão de certificados pela chefia da área em que atuou. Art. 9º O termo de adesão será encerrado antecipadamente, dentre outros motivos, quando: I – não forem observadas e respeitadas as normas e princípios que regem o Poder Público, tais como o da legalidade, impessoalidade, eficiência, bem como a postura cívica e profissional; II – o prestador de serviço voluntário apresentar comportamento incompatível com a atuação; III – não houver a reparação dos danos que o prestador de serviço voluntário vier a causar à Administração Pública Estadual da qual esta entidade está vinculada ou a terceiros na execução do serviço voluntário; IV – o prestador de serviço voluntário atuar em conflito de interesses; V – por interesse público ou conveniência da administração pública; VI – por ausência de interesse do voluntário superveniente à formalização do termo;

VII – pelo descumprimento das normas previstas nesta resolução. Parágrafo único. Ocorrida a rescisão com base nos incisos I, IV e VII deste artigo, fica vedada ao prestador do serviço voluntário a adesão a novo termo, a qualquer tempo. Art. 10. É vedado ao prestador de serviço voluntário: I – prestar serviços em substituição a servidor ou empregado público, ou ainda a membro de categoria profissional com relação jurídica de subordinação mantida com esta entidade; II – identificar-se invocando sua condição de voluntário quando não estiver no pleno exercício das atividades voluntárias prestadas; III – receber, a qualquer título, remuneração ou ressarcimento pelos serviços prestados voluntariamente. Art. 11. Fica facultada a denúncia do termo de adesão por qualquer das partes, a qualquer momento, desde que informada pelo denunciante, com antecedência de 30 dias. Art. 12. Compete ao Diretor Técnico: I – apreciar a proposta de voluntariado apresentada, ouvindo sempre, acerca das conveniência e condições da prestação do serviço de voluntariado, o servidores públicos titulares de cargos, empregos ou funções públicas da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas responsável pelo setor ao qual o prestador de serviço voluntário pretende atuar, podendo decidir discricionariamente sobre a aprovação ou não. Art. 13. Compete as chefias e gerências interessadas, no âmbito de suas respectivas atribuições: I – fixar, quando for o caso e em razão de eventuais especificidades, requisitos a serem satisfeitos pelos prestadores de serviço voluntário; II – manter banco de dados atualizado de seus prestadores de serviço voluntário, contendo, no mínimo, nome, qualificação completa, endereço residencial, correio eletrônico, data de início e término do trabalho, atividades desenvolvidas, bem como data e motivo da saída do corpo de voluntários, se houver. Parágrafo único. O Diretor Técnico, semestralmente, deverá receber relatório acerca do desempenho e atividades realizadas pelo prestador de serviço voluntário. Art. 14. Ao término do período de prestação do serviço voluntário, desde que não inferior a 1 (um) mês, poderá o prestador solicitar à entidade ou órgão público interessados a emissão de certificado, eletrônico ou não, comprobatório de sua participação, contendo seu período de prestação de serviço voluntário. Art. 15. Não poderão ser destinados prestadores de serviço voluntário, para áreas ou setores da entidade onde haja a obrigação legal de sigilo das informações, salvo quando realizada a assinatura do respectivo Termo de Confidencialidade. Art. 16. As despesas com a execução desta resolução, quando houver, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário. Art. 17. Fazem parte desta resolução o Anexo I (Minuta do Termo de Adesão ao Serviço Voluntário da Fcecon) e Anexo II (Termo de Confidencialidade de Serviço Voluntário da Fcecon). Art. 18. Ficam revogados os atos administrativos em contrários. Art. 19. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Manaus, 09 de maio de 2019.

Gerson Antônio dos Santos Mourão
Diretor Presidente